



RELATÓRIO E CONTAS

1º Semestre de 2026

Montepio Euro Energy

**Fundo de Investimento
Mobiliário Aberto de Acções**

Organismo de Investimento Coletivo (OIC)

Montepio Euro Energy - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Acções

Sociedade Gestora

Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

Capital Social 2.857.155 €

Nº Único de Matrícula de Pessoa Coletiva 502608722

Rua do Carmo, nº 42, 7º andar, sala D, 1200-094 Lisboa

geral@montepiogestaoactivos.pt

www.montepiogestaoactivos.pt

Índice

1. RELATÓRIO DE GESTÃO

Enquadramento macroeconómico

Evolução da atividade

Objetivo e Política de Investimento

Rendibilidade e Risco

Ativos sob Gestão e Unidades de Participação

Comissões suportadas pelos Participantes do OIC

Proveitos, Custos e Resultado Líquido do OIC

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3. DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4. RELATÓRIO DE AUDITORIA

1. RELATÓRIO DE GESTÃO

Enquadramento macroeconómico

Economia

Economia Mundial

O primeiro semestre deste ano foi marcado por um ambiente de elevada incerteza económica e geopolítica. O crescimento mundial manteve-se moderado, mas sofreu pressão devido às tensões no Médio Oriente, que provocaram volatilidade nos preços da energia, receios inflacionistas e maior cautela por parte dos agentes económicos.

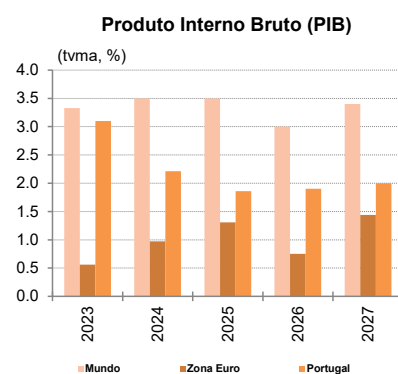
O início do conflito no Médio Oriente, a 28 de fevereiro, entre os EUA e Israel contra o Irão provocou, designadamente, o encerramento do Estreito de Ormuz, uma das mais significativas rotas marítimas do Golfo – que representa cerca de 20% do comércio mundial de petróleo –, espoletando uma crise energética global, tendo o preço do barril de brent fechado algumas sessões próximo dos \$120/barril em março e abril de 2026 (no *intraday* chegou mesmo a superar os \$120/barril). Entretanto, em meados de junho de 2026, foi assinado um memorando de entendimento entre os EUA e o Irão com vista à reabertura do estreito e a mitigar os constrangimentos à navegação registados desde finais de fevereiro.

Em simultâneo, persistiram preocupações relacionadas com barreiras comerciais, cadeias de abastecimento e níveis elevados de dívida pública em várias economias.

Contudo, apesar destes desafios, a resiliência do mercado de trabalho em muitas regiões e o forte investimento em inteligência artificial continuaram a apoiar a atividade económica e as perspetivas para a produtividade a longo prazo.

Na atualização do *World Economic Outlook* (WEO), em 9 de julho, o Fundo Monetário Internacional (FMI) reviu em baixa as suas previsões de crescimento global deste ano, de 3,1% para 3,0% (+3,5% em 2025), devido ao impacto negativo da guerra no Médio Oriente na atividade económica, embora parcialmente compensado pelo efeito positivo gerado pela Inteligência Artificial (IA).

No entanto, o FMI realçou que o impacto da guerra no Médio Oriente varia significativamente consoante o grau de exposição de cada país ao conflito e a sua posição na cadeia de valor tecnológica. Deste modo, por um lado, os países exportadores de energia fora da zona de conflito beneficiam de uma melhoria dos termos de troca, enquanto as economias integradas na recuperação liderada pela tecnologia registam uma atividade mais robusta, mesmo quando são importadoras de energia.



Fonte: Thomson Reuters, Montepio (GEEF) e FMI.

Por outro lado, e em contrapartida, a atividade económica enfraquece nos países importadores de energia com uma participação limitada na cadeia de valor tecnológica.

As perspetivas do FMI para a economia global em 2027 são mais positivas, tendo a previsão de crescimento sido revista em alta, de 3,2% para 3,4%.

Entre as principais economias avançadas, o FMI aponta para uma expansão do PIB dos EUA de 2,3% em 2026 e de 2,2% em 2027, praticamente sem alterações face às anteriores previsões de abril (de +2,3% e +2,1%, respetivamente), antecipando que a atividade económica continue a ser sustentada pela política orçamental, por condições financeiras favoráveis e pelo investimento empresarial associado às novas tecnologias, bem como pelo aumento da produtividade.

Para a Zona Euro, o FMI prevê uma descida do crescimento do PIB para 0,9% em 2026 (+1,4% em 2025), menos 0,2 pp face ao último relatório, devendo depois avançar 1,2% em 2027 (reiterando, neste caso, a anterior previsão), enquanto para o Reino Unido espera uma expansão de 1,0% em 2026 (+1,4% em 2025) e de 1,3% em 2027 (em abril previa +0,8% e também +1,3%).

Entre as economias emergentes, destaca-se a China, país para o qual o FMI projeta uma queda do crescimento do PIB, dos 5,0% observados em 2025 para 4,6% em 2026 e 4,1% em 2027 (revisto em +0,2 pp e +0,1 pp. respetivamente), com o abrandamento da economia a refletir a subida dos preços mundiais do petróleo, conjugada com a persistência da incerteza e de fatores estruturais adversos, que deverão penalizar a atividade económica.

Para a Índia, o FMI prevê agora um crescimento de 6,4% em 2026 e de 6,7% em 2027 (revisto em -0,1 pp e +0,2 pp respetivamente), prevendo para a Rússia expansões de 1,1% para 2026 e 2027 (reiterando as anteriores previsões) e, para o Brasil, de 2,4% em 2026 e 2,2% em 2027 (revisões de +0,5 pp para este ano e de +0,2 pp para o próximo).

Em termos gerais, o FMI aponta ainda para um abrandamento expressivo do crescimento do comércio mundial, passando de 5,0% em 2025 para 3,5% em 2026, devendo depois recuperar para 4,3% em 2027. Segundo o FMI, esta evolução reflete, por um lado, a antecipação de fluxos comerciais registada anteriormente e o impacto das tarifas aduaneiras e, por outro, a adaptação gradual das relações comerciais e das cadeias de produção, através do desvio e da reconfiguração das rotas comerciais, bem como do forte crescimento do comércio associado às tecnologias.

Relativamente à inflação mundial, o FMI reviu em alta a previsão para 2026, de 4,4% para 4,7% (+4,1% em 2025), e em 2027, de 3,7% para 3,9%, mas com a evolução da inflação a continuar a variar significativamente entre países, refletindo diferenças na transmissão das variações cambiais para os preços, na persistência da inflação dos serviços, nas condições dos mercados de trabalho e na crescente importância de fatores específicos de cada economia.

Economia da Zona Euro

A atividade económica na região arrancou 2026 com uma estabilização em cadeia no primeiro trimestre (+0,2% no quarto trimestre de 2025), surpreendendo pela negativa o mercado (que apontava para um crescimento de 0,2%, refletindo, designadamente, o impacto económico do conflito no Médio Oriente), como consequência, em particular, do muito fraco desempenho da economia irlandesa (contraiu 7,0% em cadeia, em resultado dos fortes acréscimos das vendas de multinacionais no final de 2024 e início de 2025). Neste sentido, o segundo trimestre do ano deverá ter ficado marcado por algum efeito de correção, com a economia da região a dever ter regressado aos crescimentos em cadeia (estimamos um crescimento em cadeia em torno de +0,2%), perspetivando-se novos crescimentos ao longo da segunda metade do ano, não obstante o contexto global ainda bastante adverso (com destaque para a situação no Médio Oriente).

Para a globalidade do ano de 2026, espera-se que a economia da Zona Euro volte a desacelerar, face à situação no Médio Oriente, com o crescimento económico a dever situar-se em 0,8% (em linha com as projeções da OCDE e do BCE, publicadas em 3 e 11 de junho, respetivamente, sendo um pouco mais desfavorável que a projeção de 0,9% da Comissão Europeia e do FMI, de 21 de maio e 8 de junho, respetivamente), após uma aceleração da atividade económica em 2025, quando o crescimento atingiu 1,3%, face a 1,0% em 2024.

O abrandamento da atividade económica deveu-se, sobretudo, ao agravamento da inflação ao longo do primeiro semestre deste ano, refletindo, numa primeira fase, o impacto direto do forte agravamento dos preços da energia decorrente da situação no Médio Oriente e, numa segunda fase, a ocorrência já de alguns efeitos de segunda ordem sobre a inflação, com os primeiros impactos a evidenciarem-se em alguns serviços (os transportes, logística, turismo, restauração e outros serviços com custos energéticos relevantes tendem a repercutir os aumentos dos combustíveis nos preços finais), bens industriais não energéticos (nomeadamente nos produtos manufaturados cujos processos produtivos dependem de eletricidade, gás ou transporte) e bens alimentares (os fertilizantes, o transporte, a refrigeração e a transformação alimentar são fortemente dependentes da energia).

Após a queda da inflação homóloga entre 2024 e 2025, de 2,4% para 1,9% e de se ter mantido abaixo do *target* do BCE nos dois primeiros meses do ano, o início do conflito militar no Irão, no final de fevereiro, suscitou um aumento imediato dos preços da energia, conduzindo ao início de uma trajetória ascendente da inflação em março, que a levaria a atingir 3,2% em maio, aliviando depois em junho e fechando o semestre nos 2,8% (com a inflação *core* em 2,4%, após ter tocado nos 2,6% em maio e fechado o ano de 2025 em 2,3%).

Consequentemente, em termos médios anuais, prevemos uma subida da inflação em 2026, dos 2,1% verificados em 2025 para 2,8% (antes do início da guerra, prevíamos 2,0%), com este agravamento a refletir a forte subida dos preços do gás natural e do petróleo resultante do conflito

militar no Médio Oriente. De notar que os riscos sobre esta projeção permanecem ascendentes, sendo que o impacto total na inflação estará dependente da duração do conflito (e, essencialmente, da interrupção da navegabilidade do Estreito de Ormuz e da destruição da capacidade produtiva de países da região).

Face ao contexto de forte agravamento da inflação (geral e subjacente), o BCE deu, como esperado, início ao ciclo de subidas das suas taxas de juro diretoras em junho de 2026, com um aumento de 25 pontos de base e com a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento (*refi rate*) e a taxa de depósitos (*deposit facility rate*) a fecharem o primeiro semestre de 2026 em 2,40% e 2,25%, respetivamente, após terem encerrado 2025 em 2,15% e 2,00%.

Economia Portuguesa

A economia portuguesa arrancou o ano de 2026 com uma estagnação em cadeia do PIB no primeiro trimestre, após o forte acréscimo de 0,9% no último trimestre de 2025, contrariando as expectativas do mercado e as indicações que tinham sido dadas pela generalidade dos dados mensais de atividade, com a economia a ser afetada pelo mau tempo observado no país entre o final de janeiro e meados de fevereiro. No segundo trimestre do ano, e não obstante o impacto desfavorável do conflito militar no Médio Oriente, a economia terá regressado aos crescimentos, estimando-se uma expansão de cerca de 0,4%.

Em termos médios anuais, depois de uma desaceleração da atividade económica no conjunto do ano de 2025, para um crescimento de 1,9% (+2,2% em 2024), perspetiva-se uma manutenção do ritmo de expansão da economia em 2026 (em +1,9%, acima das previsões de +1,6% pelo Conselho das Finanças Públicas, publicadas em 14 de abril, de +1,7% pelo FMI e pela Comissão Europeia, em 24 de junho e 21 de maio, respetivamente, de +1,8% pelo Banco de Portugal, em 15 de junho, e de +1,8% pela OCDE, em 3 de junho), mas abaixo da projeção de 2,0% pelo Governo (em abril).

Ao nível dos preços, assistiu-se também a um agravamento da inflação ao longo do primeiro semestre deste ano, refletindo os já referidos efeitos diretos e de segunda ordem do agravamento dos preços da energia na inflação. Assim, depois de ter fechado 2025 em 2,4%, a inflação homóloga (IPCH) desceu em janeiro para 1,9%, ficando marginalmente abaixo do objetivo de médio prazo do BCE (2,0%), mas regressando às acelerações no mês de fevereiro e encetando em março uma trajetória ascendente ainda mais pronunciada, que a levaria a atingir 3,3% em abril e fechando o semestre nos 3,1% (com a inflação *core* em 2,1%, após ter tocado nos 2,3% em maio e fechado o ano de 2025 em 2,4%). Em termos médios anuais, projeta-se uma aceleração em 2026, dos 2,2% verificados em 2025 para 2,8% (antes do início do conflito, prevíamos +2,0%), com este agravamento a refletir os já referidos impactos (diretos e indiretos) da forte subida dos preços do gás natural e do petróleo resultantes do conflito militar no Médio Oriente.

No mercado laboral, segundo as estimativas mensais do Instituto Nacional de Estatística (INE), observou-se uma ligeira tendência de descida da taxa de desemprego ao longo do primeiro semestre, passando dos 5,7% com que havia terminado o ano de 2025 para 5,5% em maio, embora devendo ter fechado o semestre já num nível ligeiramente acima e prevendo-se agravamentos adicionais ao longo da segunda metade do ano. Em termos anuais, perspetivamos uma taxa de desemprego de 5,9%, ligeiramente abaixo dos 6,0% observados em 2025 (6,4% em 2024).

Após a ligeira subida do excedente orçamental em 2025, de 0,6% do PIB em 2024 para 0,7%, prevemos uma deterioração das finanças públicas em 2026, para um défice orçamental de 0,3%, que contrasta com o excedente de 0,1% apresentado pelo Governo no Orçamento de Estado para 2026 e que foi reiterado (em 26 de março) na primeira notificação de 2026 relativa ao Procedimento dos Défices Excessivos (PDE), mas estando abaixo do valor que o Ministro das Finanças assumiu, já em abril, poder vir a observar-se, ao referir que o défice não deveria superar cerca de 0,5% do PIB. Esta degradação do saldo orçamental resulta, designadamente, dos custos com as tempestades e com os apoios públicos para atenuar o impacto nas famílias e empresas do recente agravamento dos preços da energia (decorrentes do conflito no Médio Oriente).

A taxa de poupança dos particulares deverá descer em 2026, para um valor em torno de 11,7%, depois dos 12,3% registados em 2025 (12,5% em 2024), refletindo, designadamente, o abrandamento do rendimento disponível, mas também a subida da inflação, embora com a taxa de poupança a continuar em níveis historicamente elevados (sendo que a subida dos encargos com juros, devido à resposta do BCE ao aumento da inflação, também deverá implicar um aumento da “poupança forçada”).

Mercados Financeiros

No primeiro semestre de 2026, o sentimento nos mercados de ações continuou a ser globalmente positivo. Contrariamente ao esperado, os mercados demonstraram uma assinalável capacidade de adaptação face às tensões geopolíticas no Golfo Pérsico e aos riscos associados ao mercado energético, apesar de correções observadas no final do primeiro trimestre, com a recuperação subsequente a permitir que os principais índices de ações internacionais terminassem o semestre em terreno positivo.

Para o comportamento favorável do mercado de ações, contribuiu fortemente a significativa valorização de empresas do setor tecnológico ligadas à Inteligência Artificial, aumentando a preocupação dos investidores quanto à existência de uma bolha nos mercados, cuja capitalização bolsista encontra-se fortemente concentrada num número reduzido de empresas tecnológicas, as denominadas “*mega caps*”, expondo as valorizações aos riscos sobre a rentabilidade dos investimentos neste setor.

No plano geopolítico, destaque ainda para a situação política na Venezuela, para as ameaças de Donald Trump à soberania da Gronelândia e do Canadá e ao recrudescimento das tensões no sudoeste asiático entre China e Taiwan (com envolvimento de EUA e Japão). Menos evidentes são os receios quanto à guerra comercial espoletada pelo Presidente dos EUA, em abril de 2025, através do anúncio de tarifas aduaneiras. Na Europa, a guerra Ucrânia-Rússia ficou marcada pela intensificação dos confrontos, sendo infrutíferas as tentativas dos EUA de resolução do conflito pela via diplomática.

Neste contexto, durante o primeiro semestre do ano, mantiveram-se os receios de uma recessão global, devido ao aumento das pressões inflacionistas tanto na Zona Euro, como nos EUA, em resposta à crise energética global e ao aumento dos preços do Brent e do gás natural. Apesar dos receios, a época de resultados do primeiro trimestre nos EUA superou as expectativas e muitas empresas apresentaram lucros acima do esperado.

Assim, as principais bolsas mundiais apresentaram comportamentos maioritariamente favoráveis no conjunto do semestre, com variações globalmente positivas nos EUA, na Europa e na América Latina, e movimentos mistos na Ásia, tendo o índice de referência MSCI mundial (*Morgan Stanley Capital International*) subido 10,4%.

Os principais índices de ações dos EUA registaram variações positivas no semestre, com o S&P 500 a avançar 9,6%, alcançando um novo máximo histórico no início de junho. O Nasdaq exibiu uma subida superior, de 12,8%, motivado pelos anúncios de grandes empresas tecnológicas, ao passo que o Dow Jones valorizou 8,9%, tendo ambos atingido máximos históricos também no início de junho de 2026.

Na Europa, o comportamento ascendente foi transversal à generalidade dos principais índices, tendo o Eurostoxx 50, o CAC40 e o DAAX subido 9,3%, 3,1% e 2,1%, respetivamente, enquanto o índice português PSI valorizou 10,5%.

Em termos setoriais na Europa (índices setoriais do Stoxx 600), destaca-se as valorizações observadas na tecnologia (+25,5%), na energia (+20,8%), nos recursos básicos (+16,1%), nas *utilities* (+14,8%), na banca (+12,5%) e nas telecomunicações (+11,4%), tendo a maior queda sido observada no setor automóvel (-18,4%).

Nos EUA, o comportamento dos índices setoriais do S&P 500 foi também maioritariamente positivo no primeiro semestre, com destaque para a indústria (+19,5%), as tecnologias de informação (+19,4%), a energia (+18,0%) e o imobiliário (+12,8%). Por outro lado, os serviços financeiros (-2,1%) e os bens de consumo (-1,1%) desvalorizaram. As *Magnificent seven* exibiram uma subida de apenas 0,1% no período, abaixo das demais ações do S&P 500 (+14,6%), após as primeiras terem avançado 22,6% em 2025, bem acima das demais ações (+13,7%) e depois de em 2024 já terem superado largamente a valorização das demais ações (+48,0% vs +14,5%).

No primeiro semestre de 2026, e com o intuito de combater as pressões inflacionistas decorrentes do impacto direto do conflito militar no Médio Oriente nos preços da energia e dos potenciais efeitos de segunda ordem sobre os preços de outros bens e serviços, iniciou-se um ciclo de subida das taxas de juro diretoras do BCE. As taxas Euribor aumentaram no semestre (+30 pp nos 3 meses, +46 pp nos 6 meses e +49 pp nos 12 meses) e fecharam, a 30 de junho, em 2,324% nos 3 meses, 2,568% nos 6 meses e 2,728% nos 12 meses.

As *yields* da dívida pública de referência europeias apresentaram comportamentos ascendentes nos prazos mais curtos ao longo do semestre, com as *yields* a 2 anos na Alemanha a avançarem 41 pb, para 2,528% (refletindo a antecipação e posterior concretização do aumento de taxas do BCE de 25 pb em junho de 2026, assim como expectativas de mais uma subida até final do ano), enquanto nos 10 anos não registaram alterações significativas, fechando o semestre em 2,860%. Nos EUA observou-se, igualmente, uma redução do declive da curva de rendimentos, com as *yields* a 2 anos a subir em 70 pb, para 4,172%, enquanto as *yields* a 10 anos avançaram 30 pb, para 4,465%.

Os *spreads* de crédito apresentaram movimentos favoráveis nos índices de CDS (*Credit Default Swaps*) em *investment grade* (o índice Itraxx Cross-Over desceu 21 pb, para os 244,6 pb, o Itraxx Financials estabilizou nos 54,4 pb e o Itraxx recuou 2 pb, para 51,6 pb).

Já os *spreads* das *yields* da dívida pública a 10 anos dos países periféricos da Zona Euro exibiram algum alargamento. As maiores subidas das *yields* foram na Grécia (+9 pb, para 68 pb) e em Portugal (+9 pb, para 38 pb), seguida de Itália (+7 pb, para 77 pb) e de Espanha (+5 pb, para 48 pb).

Os índices gerais de *commodities* registaram movimentos muito positivos, com o índice compósito CRBI (*Commodity Research Bureau Index*) a subir 18,4% e o S&P GSCI (*Goldman Sachs Commodity Index*) 12,9% (depois das variações de +0,7% e -0,2%, respetivamente, observadas em 2025), este último sendo beneficiado, designadamente, pela classe da energia (classe com maior peso no índice e que exibiram uma valorização de 25,9%), num contexto de forte aumento dos preços do Brent e do crude WTI (*West Texas Intermediate*) de 19,8% e 21,0%, respetivamente, assim como dos preços do gás na Europa, em 54,3% (após terem descido 43,4% em 2025, mas subido 56,5% em 2024), do gado (+7,7%), dos metais de base (+5,3%) e das agrícolas (+2,3%), sendo apenas penalizado pelos metais preciosos (-7,9%).

Principais Riscos e Incertezas para o 2º semestre de 2026

Ao longo da segunda metade deste ano, os principais riscos e incertezas económico-financeiros continuarão associados à evolução da inflação e das taxas de juro, ao abrandamento do crescimento económico nas principais economias mundiais, à volatilidade dos mercados financeiros e às tensões geopolíticas que podem continuar a afetar as cadeias de abastecimento e os preços da energia. Acrescem ainda os riscos relacionados com a elevada incerteza quanto

às políticas comerciais e orçamentais, bem como a possibilidade de deterioração das condições de financiamento para empresas e famílias. Estes fatores poderão condicionar o investimento, o consumo e a confiança dos agentes económicos, influenciando a situação económica e financeira das empresas e das famílias.

Em todo o caso, no âmbito da já mencionada atualização do WEO de julho, o FMI considerou que os riscos sobre as perspetivas económicas estão atualmente mais equilibrados do que aquando das suas anteriores projeções, realizadas em abril, mas continuando a apresentar-se descendentes ao nível da atividade e com o risco mais imediato para o cenário central traçado pela instituição a continuar a ser a evolução da situação no Médio Oriente. Um agravamento das tensões geopolíticas penalizaria o crescimento económico e agravaria as pressões inflacionistas, ao passo que, se a reabertura do Estreito de Ormuz ocorrer mais rapidamente do que o previsto e os preços das matérias-primas ficarem abaixo do cenário de referência, a economia mundial poderá crescer mais do que o antecipado e a inflação poderá revelar-se inferior às atuais projeções.

A atividade económica poderá também surpreender positivamente no curto prazo se o investimento de capital relacionado com a IA se mantiver excecionalmente forte ou se as condições financeiras se tornarem mais favoráveis, continuando a compensar os efeitos adversos das tensões geopolíticas, da fragmentação do comércio e da reduzida margem de manobra das políticas económicas.

Contudo, o entusiasmo em torno da IA e a exuberância dos mercados financeiros poderão, simultaneamente, lançar as sementes de instabilidade macrofinanceira. O FMI realça também o risco de as tensões comerciais poderem reacender-se – especialmente se o desvio de comércio ou desequilíbrios comerciais levarem mais economias a adotar aumentos tarifários e restrições não pautais –, prejudicando o crescimento económico.

Ao nível nacional, a economia deverá ser também condicionada pelos riscos identificados para a economia global, a que acrescem a pressão sobre a capacidade financeira das famílias continuarem a suportar níveis de taxas de juro acima dos que vigoraram até ao último ciclo de aperto da política económica (não obstante o alívio das taxas de juro observado ao longo de 2024 e da primeira metade do ano passado), bem como a sustentabilidade dos preços no mercado da habitação, que mais do que duplicaram nos últimos dez anos.

Segundo a análise do Banco de Portugal (BdP) no seu último Boletim Económico de junho, os riscos sobre a economia portuguesa também se apresentam descendentes sobre a atividade e ascendentes sobre a inflação, considerando estarem também, sobretudo, relacionados com o impacto do conflito no Médio Oriente. De acordo com o BdP, uma maior duração ou escala do conflito implicaria preços do petróleo e de outras matérias-primas superiores aos assumidos na projeção, maior disrupção das cadeias de abastecimento e aumento da volatilidade dos mercados financeiros, com impacto na confiança dos agentes económicos. Neste cenário, a

inflação seria mais elevada e o crescimento mais baixo. Outros riscos em baixa para a atividade incluem um reavivar das tensões comerciais globais e, a nível interno, uma absorção dos fundos do PRR inferior à assumida.

Existem também riscos ascendentes para a atividade associados a impactos mais positivos: *i)* dos investimentos em curso em novas tecnologias, incluindo os relacionados com a inteligência artificial e a transição energética, em particular sobre as exportações; *ii)* da implementação no médio prazo do plano Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência (PTRR); e *iii)* do aumento do investimento em defesa e infraestruturas na UE.

Para a inflação, os riscos são predominantemente em alta e, para além de uma subida mais acentuada ou persistente dos preços das matérias-primas, refletem a manutenção de pressões salariais elevadas num contexto de restritividade do mercado de trabalho.

O BdP refere ainda que, em acréscimo ao choque energético, a economia portuguesa enfrenta desafios decorrentes das tensões comerciais, das alterações demográficas e da transição tecnológica e climática. Assim, neste enquadramento, o BdP sugere que as políticas económicas devem continuar a contribuir para o reforço da resiliência e para o maior crescimento da economia, através da redução das vulnerabilidades energética e climática, da diversificação do padrão de comércio e destino das exportações e do aumento da competitividade das empresas.

Evolução da atividade

Objetivo e Política de Investimento

O Fundo Montepio Euro Energy - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações, doravante denominado OIC ou Montepio Euro Energy, iniciou a sua atividade em 7 de maio de 2007, sendo que a sua Política de Investimento visa a constituição de uma carteira diversificada de ações e instrumentos negociáveis que confirmam o direito de aquisição de ações da União Europeia, Suíça, Noruega e Reino Unido, de empresas que prestam serviços no setor da energia, considerando-se neste contexto, as empresas que exploram, produzem, refinam, transportam ou comercializam combustíveis fósseis (petróleo, carvão ou gás natural) e seus derivados, estando ainda incluídas, para efeitos de investimento do OIC, as empresas de energias alternativas, designadamente as energias renováveis (eólica, solar, hídrica, etc.) e outras formas de energia térmica (nomeadamente a nuclear).

O OIC detém em permanência mais de 85% do seu valor líquido global investido em ações admitidas à negociação ou negociadas em mercado regulamentado de Estado-Membro, ou em outro mercado regulamentado de um Estado-Membro com funcionamento regular, reconhecido e aberto ao público. Poderá ainda investir nos mercados regulamentados da Suíça (Bolsas de Valores da Suíça) e na Noruega (Bolsa de Valores de Oslo) e no Reino Unido (Bolsa de Valores de Londres). Com carácter acessório, o OIC investirá em depósitos, instrumentos de mercado monetário e obrigações de taxa variável.

O OIC não pode deter mais de 10% do seu Valor Líquido Global em Unidades de Participação (UP) de OICs de investimento.

Os investimentos subjacentes a este produto financeiro não têm em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

Tendo em conta a Política de Investimento e o conjunto de instrumentos financeiros potenciais elegíveis nos quais o OIC pode investir, podem surgir riscos em matéria de sustentabilidade que podem causar um impacto negativo no desempenho a longo prazo. Para reduzir e mitigar tais riscos, a Montepio Gestão de Activos, entidade responsável pela gestão, toma em consideração os fatores de sustentabilidade e riscos no seu processo de tomada de decisões de investimento, avaliando e gerindo impactos negativos potenciais sobre os fatores de sustentabilidade, nos termos da sua Política de Sustentabilidade (designada pela sigla inglês de Política ESG - *Environmental, Social, and Corporate Governance*) disponível no seu sítio Internet <https://www.montepio.org/institucional/grupo-montepio/montepio-gestao-de-ativos/>.

Não obstante a avaliação e gestão ativas dos riscos em matéria de sustentabilidade, o OIC não tem um objetivo explícito de investimento sustentável nem promove ativamente características ESG nos termos, respetivamente, dos artigos 9.º e 8.º do Regulamento (UE) 2019/2088 relativo

à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros (“Regulamento SFDR”).

Rendibilidade e Risco

A rendibilidade efetiva do OIC no 1º semestre de 2026 foi de 19,90%, enquanto a evolução da rendibilidade e do risco nos últimos 10 anos civis foi a seguinte:

Ano	Rendibilidade	Classe de Risco	
		ISRR	ISR
2016	19,31%	Classe 6	
2017	13,50%	Classe 5	
2018	1,10%	Classe 6	
2019	15,75%	Classe 5	
2020	-5,47%	Classe 7	
2021	15,16%	Classe 6	
2022	15,56%	Classe 6	
2023	5,68%	-	Classe 4
2024	-5,97%	-	Classe 4
2025	25,71%	-	Classe 4

As rendibilidades e riscos apresentados constituem dados históricos, pelo que, representando dados passados, não constituem garantia de rendibilidade futura, na medida em que o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Os valores divulgados não têm em conta comissões de subscrição ou de resgate eventualmente devidas.

O indicador Sintético de Risco e de Remuneração¹ (ISRR) apresentado até ao ano de 2022, foi apurado de acordo com metodologias distintas das do Indicador Sumário de Risco ² (ISR), apresentado na última coluna da tabela, que se passou a utilizar a partir de 2023. Os cálculos efetuados para apuramento do ISRR utilizam um histórico de 5 anos e consideram apenas o risco de mercado, enquanto o ISR efetua uma conjugação entre o risco de mercado e o risco de crédito, sendo o seu apuramento baseado no período de detenção recomendado do OIC.

A Classe de Risco indicada para o ISR (Classe 4), corresponde a uma média categoria de risco, a qual não é garantida e pode variar ao longo do tempo. Acresce, também, que a categoria de risco mais baixa não significa que se trate de um investimento isento de risco. O perfil de risco do OIC apresenta oscilações que resultam da variação dos ativos em que investe.

¹ Calculado de acordo com o Regulamento da CMVM n.º 2/2015, republicado pelo Regulamento da CMVM n.º 3/2020 e com as alterações introduzidas pelos Regulamentos da CMVM n.º 6/2020 e 9/2020.

² Calculado de acordo com o Regulamento Delegado (EU) 2017/653, da Comissão, de 8 de março.

Ativos sob Gestão, Número e Valor Unitário das Unidades de Participação

O valor total da carteira do OIC era, a 30 de junho de 2026, de 21,8 M€. O quadro seguinte apresenta o valor líquido global do Fundo (VLGF), o número de UP em circulação (# UP) e o seu valor unitário, no final de cada um dos últimos 5 anos civis.

Anos	VLGF (€)	# UP circulação	Valor da UP (€)
2021	7 748 727,55	119 492,8810	64,8468
2022	15 894 403,18	212 106,6743	74,9359
2023	16 163 650,38	204 105,8002	79,1925
2024	14 249 577,88	191 354,1740	74,4670
2025	17 430 472,09	186 192,8969	93,6151
30/06/2026	21 830 510,47	193 817,6827	112,6343

Comissões suportadas pelos Participantes do OIC

Não são cobradas quaisquer comissões diretamente imputáveis aos Participantes do OIC, conforme identificado no Prospeto, designadamente, comissão de subscrição (0%) e comissão de resgate (0%).

Proveitos, Custos e Resultado Líquido do OIC

O quadro seguinte apresenta os Proveitos, Custos e Resultado Líquido do OIC, nos três últimos exercícios económicos completos e em 30 de junho de 2026.

	2023	2024	2025	30/06/2026
Proveitos	5 609 962,03	4 621 992,98	7 034 782,97	7 270 998,09
Custos	4 723 751,23	5 526 586,61	3 503 521,81	3 696 309,11
Resultado Líquido	886 210,80	(904 593,63)	3 531 261,16	3 574 688,98

(valores em Euros)

Relativamente aos custos suportados pelo OIC, destacam-se as rubricas abaixo identificadas.

	2023	2024	2025	30/06/2026
Comissão de Gestão	85 232,04	80 469,30	79 904,85	55 737,80
Comissão de Depósito	8 523,25	8 046,95	7 990,42	5 573,78
Comissão de Comercialização	161 940,89	152 891,81	151 819,21	101 828,77
Taxa de supervisão	2 434,15	2 216,34	2 490,41	1 641,98
Custos de auditoria	3 444,00	3 444,00	3 444,00	1 773,70
Comissão de carteira de títulos	2 956,65	6 947,13	5 953,29	8 080,23

(valores em Euros)

Lisboa, 10 de agosto de 2026

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 31 DEZEMBRO 2025

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO							PASSIVO			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	30-06-2026			31-12-2025		CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Períodos	
		Bruto	Mv	mv/P	Líquido	Líquido			30-06-2026	31-12-2025
	CARTEIRA DE TÍTULOS							CAPITAL DO OIC		
21	OBRIGAÇÕES						61	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	9 690 884.42	9 309 645.05
22	AÇÕES	15 027 071.03	5 441 265.37	81 503.63	20 386 832.77	15 695 094.55	62	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	5 131 551.54	4 687 441.51
23	OUTROS TÍTULOS DE CAPITAL						64	RESULTADOS TRANSITADOS	3 433 385.53	(97 875.63)
24	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	765 254.89	113 067.76		878 322.65	797 734.54	65	RESULTADOS DISTRIBUÍDOS		
25	DIREITOS									
26	OUTROS INSTRUMENTOS DE DÍVIDA						66	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3 574 688.98	3 531 261.16
	TOTAL DA CARTEIRA DE TÍTULOS	15 792 325.92	5 554 333.13	81 503.63	21 265 155.42	16 492 829.09		TOTAL DO CAPITAL DO OIC	21 830 510.47	17 430 472.09
	OUTROS ATIVOS						48	PROVISÕES ACUMULADAS		
31	OUTROS ATIVOS						481	PROVISÕES PARA ENCARGOS	0.00	0.00
	TOTAL DE OUTROS ATIVOS							TOTAL DE PROVISÕES ACUMULADAS	0.00	0.00
	TERCEIROS							TERCEIROS		
411+...+418	CONTAS DE DEVEDORES	27 436.12			27 436.12		421	RESGATES A PAGAR AOS PARTICIPANTES	20 468.13	6 576.64
	TOTAL DOS VALORES A RECEBER	27 436.12	0	0	27 436.12		422	RENDIMENTOS A PAGAR AOS PARTICIPANTES		
	DISPONIBILIDADES						423	COMISSÕES A PAGAR	30 371.37	24 687.86
11	CAIXA						424+...+429	OUTRAS CONTAS DE CREDITORES	2 842.22	2 154.22
12	DEPÓSITOS À ORDEM	546 802.33			546 802.33	933 531.50	43+12	EMPRÉSTIMOS OBTIDOS		
13	DEPÓSITOS A PRAZO E COM PRÉ-AVISO							TOTAL DOS VALORES A PAGAR	53 681.72	33 418.72
14	CERTIFICADOS DE DEPÓSITO									
18	OUTROS MEIOS MONETÁRIOS									
	TOTAL DAS DISPONIBILIDADES	546 802.33			546 802.33	933 531.50		ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS						55	ACRÉSCIMOS DE CUSTOS		
51	ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS	44 798.32			44 798.32	37 530.22	56	RECEITAS COM PROVEITO DIFERIDO		
52	DESPESAS COM CUSTO DIFERIDO						58	OUTROS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
58	OUTROS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS						59	CONTAS TRANSITÓRIAS PASSIVAS		
59	CONTAS TRANSITÓRIAS ATIVAS									
	TOTAL DOS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS	44 798.32			44 798.32	37 530.22		TOTAL DOS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS	0.00	0.00
	TOTAL DO ATIVO	16 411 362.69	5 554 333.13	81 503.63	21 884 192.19	17 463 890.81		TOTAL DO CAPITAL E DO PASSIVO	21 884 192.19	17 463 890.81
Total do Número de Unidades de Participação						193 817.6827	186 192.8969	Valor Unitário da Unidade de Participação	112.6343	93.6151
Abreviaturas: Mv - Mais Valias; mv - Menos Valias; P - Provisões										

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Montantes expressos em Euros)

DIREITOS SOBRE TERCEIROS				RESPONSABILIDADE PERANTE TERCEIROS			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Períodos		CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Períodos	
		30-06-2026	31-12-2025			30-06-2026	31-12-2025
OPERAÇÕES CAMBIAIS				OPERAÇÕES CAMBIAIS			
911	À vista			911	À vista		
912	A prazo (Forwards cambiais)			912	A prazo (Forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais			913	Swaps cambiais		
914	Opções			914	Opções		
915	Futuros			915	Futuros		
TOTAL		0.00	0.00	TOTAL		0.00	0.00
OPERAÇÕES SOBRE TAXAS DE JURO				OPERAÇÕES SOBRE TAXAS DE JURO			
921	Contratos a prazo (FRA)			921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro			922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro			923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções			924	Opções		
925	Futuros			925	Futuros		
TOTAL		0.00	0.00	TOTAL		0.00	0.00
OPÇÕES SOBRE COTAÇÕES				OPÇÕES SOBRE COTAÇÕES			
934	Opções			934	Opções		
935	Futuros			935	Futuros		
TOTAL		0.00	0.00	TOTAL		0.00	0.00
COMPROMISSOS DE TERCEIROS				COMPROMISSOS DE TERCEIROS			
942	Opções a prazo (reporte de valores)			941	Subscrição de títulos		
944	Valores recebidos em garantia			942	Operações a prazo (reporte de valores)		
945	Empréstimo de títulos			943	Valores cedidos em garantia		
TOTAL		0.00	0.00	TOTAL		0.00	0.00
TOTAL DOS DIREITOS		0.00	0.00	TOTAL DAS RESPONSABILIDADES		0.00	0.00
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	0.00	0.00	99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	0.00	0.00

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025

(Montantes expressos em Euros)

CUSTOS E PERDAS		Período		PROVEITOS E GANHOS		Período	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	30-06-2026	30-06-2025	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	30-06-2026	30-06-2025
CUSTOS E PERDAS CORRENTES				PROVEITOS E GANHOS CORRENTES			
JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS:				JUROS E PROVEITOS EQUIPARADOS:			
712+713	Da carteira de Títulos e Outros Ativos			812+813	Da carteira de Títulos e Outros Ativos		
711+714+717+718	De Operações Correntes	173.42	57.95	811+814+817+818	Outras, de Operações Correntes	1 739.78	1 608.60
719	De Operações Extrapatrimoniais			819	De Operações Extrapatrimoniais		
COMISSÕES E TAXAS				RENDIMENTO DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS			
722+723	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	8 080.23	1 084.83	822+...+824/5	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	455 582.73	441 140.50
724+...+728	Outras, de Operações Correntes	162 424.19	109 928.27	829	De Operações Extrapatrimoniais		
729	De Operações Extrapatrimoniais			GANHOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS			
PERDAS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS				832+833	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	6 740 619.62	3 103 796.23
732+733	Da carteira de Títulos e Outros Ativos	3 514 294.47	1 833 187.54	831+838	Outras, de Operações Correntes		
731+738	Outras, de Operações Correntes			839	De Operações Extrapatrimoniais	73 055.96	
739	De Operações Extrapatrimoniais	1 315.16	94 352.86	REPOSIÇÃO E ANULAÇÃO DE PROVISÕES			
IMPOSTOS				851	Provisões para encargos		
7411+7421	Imposto sobre e Rendimento			OUTROS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES			
7412+7422	Impostos Indiretos	7 889.16	5 279.95				
7418+7428	Outros Impostos			TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES (B)			
75	PROVISÕES DO EXERCÍCIO						
751	Provisões para encargos			87			
77	OUTROS CUSTOS E PERDAS CORRENTES	2 132.48	2 032.77				
TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES (A)		3 696 309.11	2 045 924.17				
CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS				TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES (B)			
781	Valores incobráveis			7 270 998.09 3 546 545.33			
782	Perdas extraordinárias			PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS			
783	Perdas imputáveis a Exercícios Anteriores			881	Recuperação de Incobráveis		
788	Outros Custos e Perdas Eventuais			882	Ganhos Extraordinários		
TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS (C)		0.00	0.00	883	Ganhos de Exercícios Anteriores	.00	5 046.68
				884...888	Outros Ganhos Eventuais		
63	IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO			TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS (D)			
				0.00 5 046.68			
66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se > 0)	3 574 688.98	1 505 667.84	66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se < 0)		
TOTAL		7 270 998.09	3 551 592.01	TOTAL			
				7 270 998.09 3 551 592.01			
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	3 673 827.65	1 710 664.36	D-C	Resultados Eventuais	0.00	5 046.68
8x9-7x9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	71 740.80	(94 352.86)	B+D-A-C+74	Resultados Antes de Imposto s/o Rendimento	3 582 578.14	1 510 947.79
B-A	Resultados Correntes	3 574 688.98	1 500 621.16	B+D-A-C	Resultados Líquidos do Período	3 574 688.98	1 505 667.84

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA DE 2026 E 2025

(Montantes expressos em Euros)

Discriminação dos Fluxos	Período	
	De 01-01-2026 a 30-06-2026	De 01-01-2025 a 30-06-2025
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC		
RECEBIMENTOS		
Subscrição de unidades de participação	3 745 981.36	747 606.16
Comissão de resgate	0.00	0.00
	3 745 981.36	747 606.16
PAGAMENTOS		
Resgates de unidades de participação	2 906 740.47	1 532 358.68
	2 906 740.47	1 532 358.68
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC	839 240.89	(784 752.52)
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS		
RECEBIMENTOS		
Venda de títulos e outros ativos	2 105 649.09	1 054 681.38
Rendimento de Títulos e outros ativos	448 672.32	413 170.20
	2 554 321.41	1 467 851.58
PAGAMENTOS		
Compra de títulos e outros ativos	3 578 434.24	404 797.04
Comissões de Bolsa	12.16	1.75
Comissões de Corretagem	3 978.85	1 064.97
Outras taxas e comissões	4 104.88	18.98
	3 586 530.13	405 882.74
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos	(1 032 208.72)	1 061 968.84
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS		
RECEBIMENTOS		
Operações Cambiais	1 119 540.50	196 333.06
	1 119 540.50	196 333.06
PAGAMENTOS		
Operações Cambiais	1 121 522.78	197 005.16
	1 121 522.78	197 005.16
Fluxo das operações a prazo e de Divisas	(1 982.28)	(672.10)
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE		

3. DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM

30 DE JUNHO DE 2026

(Montantes expressos em Euros - €)

INTRODUÇÃO

O Montepio Euro Energy Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Ações (OIC), iniciou a sua atividade em 7 de maio de 2007. Este OIC foi constituído por prazo indeterminado e tem como objetivo a captação de disponibilidades financeiras, quer de entidades coletivas, quer de pessoas individuais, que pretendam fazer aplicações a médio e longo prazo, as quais proporcionem a constituição de uma carteira diversificada em que seja maioritário o investimento em ações do sector de energia.

De acordo com o regulamento de gestão, os rendimentos do OIC não são distribuídos, sendo incorporados no valor da unidade de participação.

O OIC é administrado, gerido e representado pela Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de entidade comercializadora e de banco depositário são exercidas pela Caixa Económica Montepio Geral.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Fundos de Investimento Mobiliário. As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

Nota 1 - Quadro 1 – Capital do OIC

O património do OIC está formalizado através de unidades de participação, com características iguais e sem valor nominal, assumindo a forma escritural, as quais conferem aos seus titulares o direito de propriedade sobre os valores do OIC, proporcional ao número de unidades que representam.

A qualidade de participante adquire-se mediante a subscrição e aquisição de um mínimo de unidades de participação, cujo investimento não pode ser inferior a € 10,00.

O movimento ocorrido no capital do OIC durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 apresenta o seguinte detalhe:

(Valores em €)							
Descrição	Saldo em 31/12/2025	Subscrições	Resgates	Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	Saldo em 30/06/2026
Valor base	9 309 645,05	1 666 034,04	1 284 794,67				9 690 884,42
Diferença p/ Valor Base	4 687 441,51	2 079 947,32	1 635 837,29				5 131 551,54
Resultados distribuídos							
Resultados acumulados	(97 875,63)				3 531 261,16		3 433 385,53
Resultados do período	3 531 261,16				(3 531 261,16)	3 574 688,98	3 574 688,98
	<u>17 430 472,09</u>	<u>3 745 981,36</u>	<u>2 920 631,96</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>3 574 688,98</u>	<u>21 830 510,47</u>
Nº unidades de participação	<u>186 192,8969</u>	<u>33 320,6800</u>	<u>25 695,8942</u>				<u>193 817,6827</u>
Valor da unidade de participação	<u>93,6151</u>	<u>112,4221</u>	<u>113,6614</u>				<u>112,6343</u>

Nota 1 – Quadro 2 - Número de Participantes por escalão

O número de participantes por escalões em 30 de junho de 2026 apresenta o seguinte detalhe:

Nº Participantes por escalão	
Escalões	Nº Participantes
Ups ≥ 25%	0
10% ≤ Ups < 25%	0
5% ≤ Ups < 10%	0
2% ≤ Ups < 5%	0
0,5% ≤ Ups < 2%	22
Ups < 0,5%	1903

Nota 1 - Quadro 3 – Evolução do OIC

A evolução mensal do valor do OIC e do valor da unidade de participação no período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 foi o seguinte:

Mês	Valor Líquido global do Fundo em €	Valor da unidade de participação em €	Nº Up's em circulação
Janeiro	19 204 944.41	102.0573	188 178.1132
Fevereiro	21 329 550.67	110.2554	193 455.7813
Março	23 828 471.64	123.1013	193 567.9950
Abril	23 893 092.11	122.5638	194 944.0729
Maio	22 486 727.19	115.9122	193 997.9533
Junho	21 830 510.47	112.6343	193 817.6827

Nota 3 - Quadro 1 - Inventário da Carteira de Títulos

A carteira de títulos em 30 de junho de 2026 tem a seguinte composição:

INVENTÁRIO DA CARTEIRA em 30 de junho de 2026

Montepio Euro Energy						(Valores em EURO)
Descrição dos Títulos	Preço de aquisição	Mais valias	menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
01 - Instr.Fin.Admitidos,em Adm. e Não Adm.PN						
01.01 - Instrumentos Financ. Adm. Negociação PN						
01.01.04 - Ações						
REN SGPS SA	151 017	70 119.14		221 135.73		221 135.73
EDP Renewables SA	58 226	27 573.05		85 799.35		85 799.35
EDP-Nom.	661 578	132 657.57		794 235.46		794 235.46
Galp Energia	525 619	282 809.51		808 428.56		808 428.56
Total Energies SE	1 474 961	496 004.42		1 970 965.16		1 970 965.16
REPSOL SA	617 009	386 448.97		1 003 457.91		1 003 457.91
E.ON SE	530 848	208 195.44		739 043.03		739 043.03
ENI SPA	1 210 629	660 986.92		1 871 615.54		1 871 615.54
ENEL SPA - 2001	554 520	314 950.19		869 469.92		869 469.92
RWE AG	791 848	269 776.90		1 061 625.00		1 061 625.00
IBERDROLA SA	237 681	237 470.41		475 151.04		475 151.04
BP PLC	1 493 780	163 309.29		1 657 088.99		1 657 088.99
SSE PLC	603 563	204 790.58		808 353.55		808 353.55
AZA SPA	142 297		-22 862.28	119 434.22		119 434.22
CENTRICA PLC	232 305	89 656.93		321 961.99		321 961.99
ENGIE	594 206	424 195.97		1 018 402.08		1 018 402.08
NATIONAL GRID PLC	610 549	166 869.26		777 418.65		777 418.65
RIO TINTO PLC	285 007	189 941.55		474 948.76		474 948.76
ANGLO AMERICAN PLC	359 891	128 263.27		488 154.32		488 154.32
EQUINOR ASA	401 382	150 780.30		552 162.46		552 162.46
OMV AG	116 675	24 178.17		140 853.10		140 853.10
NESTE OYJ	507 946		-58 641.35	449 304.32		449 304.32
Vestas Wind Systems	493 890	28 045.11		521 935.11		521 935.11
SBM OFFSHORE NV	529 929	115 524.18		645 453.16		645 453.16
Gaztransport et Tech	82 211	155 368.77		237 580.20		237 580.20
HERA SPA	13 272	7 957.24		21 229.08		21 229.08
SHELL PLC-NEW	1 433 410	428 174.34		1 861 584.12		1 861 584.12
ELIA GROUP SA/NV	312 824	77 217.87		390 042.00		390 042.00
Sub-Total:	15 027 071	5 441 265.37	-81 503.63	20 386 832.80	0.00	20 386 832.80
01.01.05 - Ups / ações de OIC que não OII (ETFs)						
ISH €600 BASICRESRCE	38 860	21 128.23		59 988.12		59 988.12
ISHR € E600 OIL&GAS	726 395	91 939.53		818 334.53		818 334.53
Sub-Total:	765 255	113 067.76	0.00	878 322.65	0.00	878 322.65
Total	15 792 326	5 554 333.14	-81 503.63	21 265 155.45	0.00	21 265 155.45

Nota 3 - Quadro 2 - Movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades no período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 foi o seguinte:

CONTAS	(Valores em €)			
	SALDO 31/12/2025	AUMENTOS	REDUÇÕES	SALDO 30/06/2026
Caixa				
Depósitos à ordem	933 531,50	7 863 075,20	8 249 804,37	546 802,33
Depósitos a prazo e com pré-aviso				
Certificados de depósito				
Outras contas de disponibilidades				
Total	933 531,50	7 863 075,20	8 249 804,37	546 802,33

Nota 4 – Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas

1. Valorização dos ativos

1.1. Momento de referência da valorização

O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.

O momento do dia relevante para efeitos da valorização dos ativos que integram o património do OIC será as 17 horas de Lisboa.

O momento do dia relevante para a determinação da composição da carteira, será o mesmo do parágrafo anterior, tendo em conta todas as transações efetuadas até esse momento.

Na aferição dos pressupostos e elementos utilizados na valorização dos ativos não cotados será utilizado como período de referência o horário de funcionamento da Euronext Lisboa no dia da valorização.

1.2. Regras de valorimetria e cálculo do valor da UP

1.2.1. Ações

O critério adotado para a valorização de ações (incluindo direitos suscetíveis de negociação) admitidas à cotação ou negociação num mercado regulamentado ou especializado é a utilização do preço de fecho do respetivo mercado ou a cotação disponível à hora de referência.

O critério adotado para a valorização de ações não cotadas (incluindo direitos suscetíveis de negociação) será, por ordem de prioridade:

- utilização do preço de fecho de mercado de ações idênticas (mesmo emitente e com os mesmos direitos e características), ajustado nos casos em que os direitos que conferem sejam diferentes (dividendo diferente no ano corrente, por exemplo) por dedução da diferença do dividendo, ou, caso não existam ações idênticas;
- utilização de modelos de avaliação universalmente aceites e utilizados, baseados na análise fundamental e assentes na metodologia dos fluxos de caixa descontados (utilização do *consensus* de estimativas do *cash flow* para os próximos dois anos e de uma estimativa para o valor residual, descontado a uma taxa que inclua o prémio de risco da empresa), ou com base em múltiplos de mercado (múltiplo de resultados, múltiplo de *cash flow*, *dividend yield*, *price to book value*, etc.) de empresas comparáveis.

1.2.2. Obrigações

O critério adotado para a valorização de obrigações admitidas à cotação ou negociação num mercado regulamentado ou especializado, exceto na situação descrita no parágrafo seguinte, é a utilização do preço de fecho do respetivo mercado ou a cotação disponível à hora de referência.

Na falta de condições de transparência, fiabilidade e liquidez que assegurem uma valorização adequada dos ativos cotados, o critério de valorização adotado será idêntico ao das obrigações não cotadas, conforme descrito abaixo.

O critério adotado para a valorização de obrigações não cotadas será:

- utilização de ofertas de compra difundidas para o mercado através de meios de difusão de informação financeira, preferencialmente através da Bloomberg. Prioritariamente são utilizadas as ofertas das Instituições Financeiras que funcionam como *market makers* para este tipo de ativos, podendo recorrer-se também à utilização do Bloomberg *Generic*.
- em caso de inexistência ou dificuldade de obtenção daquelas, recorrer-se-á a modelos de avaliação, ponderando nomeadamente os seguintes fatores:
 - *spreads* de emissões comparáveis nomeadamente no que respeita à qualidade creditícia do emitente, ao sector económico, à maturidade e à estrutura da emissão;
 - *spreads* históricos, com ajustamentos justificados por alterações na qualidade creditícia do emitente ou alargamento geral dos *spreads* de crédito;
 - Liquidez da emissão, tendo em conta nomeadamente a moeda denominadora da emissão, o montante emitido, o grau de reconhecimento do emitente e a estrutura da emissão;
 - Curva de taxas de juro para atualização dos *cash flows*. No caso de obrigações de taxa variável é utilizada a *discount margin* (a margem sobre o indexante base da emissão que iguala o valor presente dos *cash flows* futuros ao investimento – preço mais juros decorridos).

1.2.3. Instrumentos financeiros derivados

O critério adotado para a valorização de instrumentos financeiros derivados admitidos à cotação ou negociação num mercado regulamentado ou especializado é a utilização do preço de referência, sempre que este seja divulgado pela entidade gestora do mercado ou, caso não o seja, o preço de fecho ou a cotação disponível à hora de referência.

O critério adotado para a valorização de instrumentos financeiros derivados não cotados será, para os *swaps* cambiais, utilizado como método de avaliação o modelo dos *cash flows* descontados, ponderando o diferencial da estrutura das curvas de taxas de juro das duas moedas ajustadas, por interpolação linear, às características da operação contratada.

A avaliação será feita de acordo com a informação obtida na Bloomberg (a fonte das curvas de taxas de juro é Bloomberg *standard -multiple sources*).

2. Comissões e encargos a suportar pelo OIC

2.1. Comissão de gestão

Pelos serviços prestados pela Sociedade Gestora, ao OIC será imputado diariamente uma comissão de gestão de 1,45% anual, calculada sobre o valor global do OIC, a qual lhe será cobrada mensalmente.

A comissão de gestão será parcialmente destinada à remuneração dos serviços prestados pela entidade comercializadora, sendo parte integrante da comissão de gestão. A comissão cobrada anualmente é de 0.950%, calculada diariamente e cobrada mensalmente.

2.2. Comissão de depósito

Pelo exercício das suas funções de depositário, a entidade depositária terá direito a uma comissão de depósito de 0,05% anual, calculada sobre o valor global do OIC, sendo-lhe imputado diariamente e cobrado mensalmente.

2.3. Outros encargos

As despesas relativas à compra e venda de valores por conta do OIC constituem encargos deste (designadamente comissões de corretagem, taxas de bolsa e outros encargos legais e fiscais).

É devida à CMVM uma taxa de supervisão imputada diariamente ao OIC e cobrada mensalmente.

As despesas com auditorias externas e revisores oficiais de contas, exigidas pela lei em vigor, constituem também encargos do OIC.

É devido, trimestralmente, Imposto do Selo sobre o ativo líquido global do OIC.

3. Política de rendimentos

O OIC é um OIC de capitalização, isto é, não distribui rendimentos, sendo os mesmos incorporados no valor da unidade de participação.

Nota 11 – Exposição ao risco cambial

Em 30 de junho de 2026, o OIC detinha as seguintes posições em moeda estrangeira:

Moeda	Posição à vista	Futuros	Posição a prazo Forwards	Swaps	Opções	Total a prazo	Posição Global
DKK Coroa Dinamarquesa	3 901 151,80						3 901 151,80
GBP Libra Inglesa	3 919 330,01						3 919 330,01
NOK Coroa Norueguesa	6 245 233,50						6 245 233,50
Contravalor em Euros	5 622 044,85						5 622 044,85

Nota 13 – Cobertura de Risco de Cotações

A cobertura de risco de cotações em 30 de junho de 2026 é a seguinte:

Ações e valores similares	Montante €	Extrapatrimoniais		Saldo
		Futuros	Opções	
Ações	20 386 832,80			20 386 832,80

Nota 15 – Diversos custos imputados ao OIC no 1º semestre de 2026

Os diversos custos imputados ao OIC em 30 de junho de 2026 são os seguintes:

Custos imputados ao Fundo em 30/06/2026	Valor (em Euros)	Percentagem de VLGF (1)
Comissão de Gestão	157 566,57	0,73%
Componente Fixa	157 566,57	0,73%
Componente Variável	0,00	0,00%
Comissão de Depósito	5 573,78	0,03%
Taxa de supervisão	1 641,98	0,01%
Custos de auditoria	1 773,70	0,01%
Imposto do selo aplicável ao Fundo	5 531,02	0,02%
Outros encargos	358,78	0,00%
Total	172 445,83	0,80%
Taxa Encargos Correntes(TEC)		0,80%

(1) Média relativa ao período de referência.

Nota 17 – Outra informação relevante do OIC

O primeiro semestre deste ano foi marcado por um ambiente de elevada incerteza económica e geopolítica. O crescimento mundial manteve-se moderado, mas sofreu pressão devido às tensões no Médio Oriente com o início do conflito entre os EUA e Israel contra o Irão, que provocaram volatilidade nos preços da energia, receios inflacionistas e maior cautela por parte dos agentes económicos.

A Montepio Gestão de Activos, na qualidade de sociedade gestora do OIC, continuará a acompanhar de perto a evolução das situações indicadas, atuando, sempre que necessário, em ordem a assegurar a continuidade e saúde financeira do OIC.

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora entende que as atuais circunstâncias, não põem em causa a continuidade das operações do OIC.

Dado cumprimento ao exigido do n.º 1 do art.º 93 do RGA, apresenta-se de seguida o montante de remuneração em 30 de junho de 2026 suportadas pela Montepio Gestão de Activos:

Tipo de remuneração	30-06-2026
Órgãos de Gestão	415 072,55 €
Conselho Fiscal	24 000,00 €
Colaboradores	825 194,82 €
Número de colaboradores	34

Nota: informação respeitante ao quadro de Colaboradores da Montepio Gestão de Activos.

Lisboa, 10 de agosto de 2026

4. RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Montepio Euro Energy - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Acções** (o “OIC”), gerido pela Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, SA (a “Entidade Gestora”), que compreendem o balanço em 30 de junho de 2026 (que evidencia um total de 21 884 192 euros e um total de capital do OIC de 21 830 510 euros, incluindo um resultado líquido de 3 574 689 euros), a demonstração de resultados, e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao período de seis meses findo naquela data, e as divulgações às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Montepio Euro Energy - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Acções** em 30 de junho de 2026 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de seis meses findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário;
- (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- (v) avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso

relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;

- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação da Entidade Gestora do OIC, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 24 de agosto de 2026

Assinado por: **ISMAEL SOARES DE MATOS TÁBOAS**

Num. de Identificação: 10625464

Data: 2026.08.24 17:32:04+01'00'



Ismael Soares de Matos Táboas
(ROC nº 1791, inscrito na CMVM sob o nº 20220045),
em representação de BDO & Associados, SROC, S.A.